



O DESAFIO DO DESENVOLVIMENTO SOB O PRISMA DA PRODUÇÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA DOS MESTRADOS PROFISSIONAIS NA ÁREA DE PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL

Mariana Monteiro Pessôa*
Rosélia Piquet**
Rodrigo Machado Vilani***

*Mestre em Planejamento Regional e Gestão de Cidades pela Universidade Candido Mendes (Ucam), Campos dos Goytacazes. Bibliotecária do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense (IF Fluminense).
E-mail: maia-pessoa@uol.com.br

**Doutora em Teoria Econômica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Coordenadora do Mestrado Profissional em Planejamento Regional e Gestão de Cidades da Ucam, Campos dos Goytacazes.
E-mail: ropiquet@terra.com.br

***Doutor em Meio Ambiente pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professor adjunto A da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio) e Professor do Mestrado Profissional em Planejamento Regional e Gestão de Cidades da Ucam, Campos dos Goytacazes.
E-mail: r_vilani@yahoo.com.br

Recebido para publicação em: 17.4.2015
Aprovado em: 6.8.2015

Resumo

Este artigo visa analisar a contribuição da produção técnico-científica dos programas profissionais da área de Planejamento Urbano e Regional. A reflexão emerge em um contexto de demandas crescentes por qualificação profissional voltada para (re)pensar a agenda pública para o desenvolvimento, segundo características e aptidões regionais. Para tanto, optou-se por adotar a variável da inserção social, definida pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) como elemento estruturante da discussão. Conclui-se pela aderência da produção técnico-científica e qualificação profissional produzida pelos programas com as características regionais como elemento capaz de contribuir para as políticas de desenvolvimento.

Palavras-chave: Produção técnico-científica. Qualificação profissional. Inserção social. Mestrados profissionais. Planejamento urbano e regional.

Abstract

This paper aims to analyze the technical-scientific production contribution of vocational programs in the Urban and Regional Planning area. The reflection emerges in a context of increasing demands for professional qualifications targeted to (re)think about the public agenda for the development, according to regional characteristics and skills. For that, it was decided to adopt the social insertion variable, defined by the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel (Capes) as a

structuring element of discussion. The adherence of the technical-scientific production and the professional qualification produced by programs with regional characteristics was concluded as the element able to contribute to the development policies.

Keywords: Technical-scientific production. Professional qualification. Social insertion. Vocational Master Courses. Urban and regional planning.

Resumen

Este artículo pretende analizar la contribución de la producción técnico-científica de los programas vocacionales en el área de Planificación Urbana y Regional. La reflexión surge en un contexto de crecientes demandas de calificaciones profesionales dirigidas al (re)pensar sobre la agenda pública para el desarrollo, según las características y las aptitudes regionales. Para ello, se decidió adoptar la variable de la integración social, definida por la Coordinación de Perfeccionamiento de Personal de Nivel Superior (Capes) como un elemento estructurante de la discusión. Se concluye por la adherencia de la producción técnico-científica y la calificación profesional producida por los programas con las características regionales como un elemento capaz de contribuir para las políticas de desarrollo.

Palabras clave: Producción técnico-científica. Calificación profesional. Inserción social. Masters vocacionales. Planificación urbana y regional.

Introdução

Os mestrados profissionais se caracterizam, entre outros aspectos, por terem como objetivo a conformação entre a produção de suas dissertações e as questões pertinentes às regiões onde estão inseridos. Portanto, a razão que levou este trabalho a optar por um recorte que privilegia a elaboração de produção técnico-científica de programas de mestrado profissional da área de Planejamento Urbano e Regional é seu caráter eminentemente prático e aplicável na difusão de informações úteis como ferramentas de gestão dos espaços urbano e regional.

Apesar do processo de interiorização das universidades promovido no país, na última década principalmente, ainda persiste uma concentração dos cursos de pós-graduação nas principais regiões econômicas, como Sudeste e Sul. De acordo com dados disponíveis no sítio eletrônico da Capes, em 2014, eram oferecidos 5.689 cursos de pós-graduação – reconhecidos pela Capes, distribuídos em todas as 49 áreas de avaliação. Desse total, cerca de



10%, ou 579, são cursos de mestrado profissional. A área de Planejamento Urbano e Regional, por sua vez, possui 53 cursos de pós-graduação, distribuídos em: 29 mestrados; 14 doutorados; e 10 mestrados profissionais (COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR, 2014).

Por meio do aplicativo GeoCapes, que apresenta dados estatísticos consolidados da pós-graduação brasileira, é possível perceber a prevalência daquelas duas regiões sobre as demais (Tabela 1).

Tabela 1 - Distribuição de programas de pós-graduação no Brasil por região em 2013

Região	Mestrado	Doutorado	Mestrado/ Doutorado	Mestrado Profissional	Total
Brasil	1.213	54	1.750	469	3.486
Centro-Oeste	130	7	116	32	285
Nordeste	335	14	256	82	687
Norte	94	4	51	24	173
Sudeste	388	23	975	238	1624
Sul	266	6	352	93	717

Fonte: elaborado a partir de GeoCapes (COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR, 2015).

Da Tabela 1, verifica-se que as regiões Sul e Sudeste apresentaram, em 2013 (último ano disponível para consulta no GeoCapes), 654 dos 1.213 programas de Pós-graduação, aproximadamente 50% do total nacional. O menor percentual de programas está na região Norte, cerca de 8%.

Contudo, a leitura meramente quantitativa pode escamotear a contribuição qualitativa da pós-graduação, por meio de pesquisas, bases de dados, publicações e a sua produção técnico-científica de maneira geral. Como essa produção se aproxima da realidade e das demandas sociais das diferentes regiões? A formação técnica promovida na pós-graduação possui proximidade com as mazelas nacionais (sociais, ambientais, políticas, urbanas...)? Sob essa perspectiva, destaca-se o indicador de inserção social estabelecido pela Capes. Essa variável possui dupla face, de um lado orienta a avaliação dos cursos de pós-graduação do país e, do outro estimula a responsabilidade social dos programas. Assim, segue-se o entendimento de que, por meio da inserção social, a Capes contribuiu para uma “política de incentivo ou de indução [...] para] que a sua dinâmica de produção do conhecimento e de formação de quadros se articule com a dinâmica social, alcançando-a de modo mais direto e imediato” (BOUFLEUER, 2009, p. 378).

O recorte proposto para os programas da área de Planejamento Urbano e Regional/Demografia (Purd) se deve à constatação de que os mestrados profissionais constituem um instrumento fundamental para a “construção de um futuro socialmente mais justo e territorialmente menos desigual”, na medida em que podem promover “estudos, pesquisas e debates, entre especialistas e atores políticos”, com esse fim (PIQUET; VILANI, 2013, p. 105). Ademais, a opção por uma área da pós-graduação deve-se à sua natureza multidisciplinar, inerente à complexidade de temas afins, e à percepção de que os cursos da área de Planejamento Urbano e Regional têm se voltado “à prática profissional e não à reprodução da estrutura acadêmica”, na medida em que neles “atuam profissionais com as mais diversas formações acadêmicas” (PIQUET; LEAL; TERRA, 2005, p. 35-36).

Diante desse contexto, o presente artigo objetiva analisar a contribuição da produção técnico-científica dos programas profissionais da área de Planejamento Urbano e Regional como forma de verificar não apenas a inserção social dos cursos de maneira geral, mas, especificamente, dos egressos da pós-graduação brasileira. Assim, em que medida há uma efetiva contribuição para a superação das desigualdades sociais e regionais existentes e persistentes no país? Para tanto, adotou-se, no presente trabalho, como produção científica:

Toda produção documental sobre um determinado assunto de interesse de uma comunidade científica específica, que contribui para o desenvolvimento da ciência e para a abertura de novos horizontes de pesquisa, não importando o suporte em que está veiculada (LOURENÇO, 1997 apud FREIRE; SOUZA, 2010, p. 111-112).

Apesar de a produção científica e técnico-científica se materializar em diferentes formatos, artigos, painéis, livros, pareceres, relatórios, processos, tecnologias, entre tantos outros, com dificuldade de acompanhamento proporcional ao vasto rol de produtos, focou-se as dissertações defendidas, por exprimirem o eixo central das pesquisas desenvolvidas pelos programas/cursos e sua acessibilidade nos sítios eletrônicos dos programas selecionados. Elas compõem o quadro para se avaliar os pontos de aproximação e afastamento entre a produção técnico-científica dos programas selecionados a cada realidade regional, definida segundo a variável de inserção social estabelecida pela Capes.

Origem dos mestrados profissionais

A criação da Capes e, conseqüentemente, a implantação e o desenvolvimento de programas de pós-graduação remontam à época da retomada do desenvolvimentismo no país. O retorno de Getúlio Vargas à presidência, em

• • • • • • • • •

Em que medida há uma efetiva contribuição para a superação das desigualdades sociais e regionais existentes e persistentes no país?

• • • • • • • • •

1951, marcou a retomada das políticas desenvolvimentistas pelo governo. A criação da Vale do Rio Doce, a Campanha de Nacionalização do Petróleo, o controle da remessa de lucros das multinacionais ao exterior, entre outros, são exemplos da atuação intervencionista e desenvolvimentista, que caracterizaram o governo no período. Além disso, a transformação das estruturas econômicas e sociais e dos processos e cadeias produtivas apresentavam novas demandas ao Estado, por exemplo, a capacitação da mão de obra e o aperfeiçoamento de pessoal com nível superior.

A composição da Campanha se justifica no objetivo de implantar um sistema de pós-graduação capaz de “reaparelhar o Estado” – “que atravessava então profundas alterações em seu sistema produtivo e em sua estrutura social” – fornecendo “uma diversidade de órgãos e instrumentos que regulassem e permitissem a intervenção nos diferentes aspectos da vida nacional” e corrigindo suas “deficiências qualitativas e quantitativas na formação de quadros superiores” (PIQUET; LEAL; TERRA, 2005, p. 31).

Não restam dúvidas de que, desde sua origem, a Capes visava a uma dupla finalidade, de capacitação de profissionais para atuarem no mercado de trabalho e da formação de professores/pesquisadores para atuarem nas universidades brasileiras. “O que a CAPES intenciona [...] é apostar nos dois caminhos. Ambos são importantes, o primeiro para nosso desenvolvimento econômico, o segundo para o desenvolvimento social” (RIBEIRO, 2005, p. 9).

Porém, entre as décadas de 1950 e 1980, em função da escassez de profissionais com formação acadêmica no mercado, a formação profissional foi negligenciada. As transformações econômicas decorrentes da abertura do mercado brasileiro, na década de 1990, bem como as modificações da cadeia produtiva em diversos setores, alteraram completamente a situação, criando demandas por profissionais de diversas competências que não eram supridas pelos tradicionais programas de pós-graduação acadêmicos. Nesse momento, a Capes avançou com as políticas de formação de pessoal com caráter profissionalizante.

Também, se por um lado a pós-graduação alcançou seus objetivos com sucesso, ou seja, foi e tem sido capaz de formar professores/pesquisadores para atuarem nas universidades do país, por outro, permaneceram carências nas seguintes áreas: as empresas, que precisam de funcionários que tenham uma qualificação superior à graduação; e as instituições de ensino, que precisam de professores que tenham um perfil distinto dos pesquisadores acadêmicos. Nesse sentido, faz-se relevante destacar a existência de “uma profunda escassez de jovens com habilidades necessárias para ocupar as novas demandas do atual mundo do trabalho” (RAMOS, 2014, p. 14).

Tendo em vista sua característica de atender às duas demandas, o mestrado profissional vem ganhando espaço no sistema de pós-graduação brasileiro. Implantado por meio da Portaria nº 47, de 17 de outubro de 1995, e regulamentado pela Portaria nº 80, de 16 de dezembro de 1998, os mestrados profissionais possuem como diretrizes básicas:

- a) a necessidade da formação de profissionais pós-graduados aptos a elaborar novas técnicas e processos, com desempenho diferenciado de egressos dos cursos de mestrado que visem preferencialmente um aprofundamento de conhecimentos ou técnicas de pesquisa científica, tecnológica ou artística;
- b) a relevância do caráter de terminalidade assumido pelo Mestrado, que enfatize o aprofundamento da formação científica ou profissional conquistada na graduação, aludido no Parecer nº 977, de 03/12/65, do Conselho Federal de Educação; e
- c) a inarredável manutenção de níveis de qualidade condizentes com os padrões da Pós-Graduação *stricto sensu* e consistentes com a feição peculiar do mestrado dirigido à formação profissional (COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR, 1998).

Vale destacar que, embora fosse importante e necessária, a implantação dos mestrados profissionais não foi bem-aceita por grande parte dos professores/pesquisadores da comunidade acadêmica. Uma das hipóteses levantadas por Piquet, Leal e Terra (2005, p. 33) para explicar os motivos que levaram a comunidade acadêmica a rejeitar essa modalidade de ensino é que, durante algumas décadas, todos os esforços do governo foram direcionados à implantação e ao desenvolvimento da pós-graduação acadêmica. Logo,

essa rejeição é gerada principalmente pelo receio de que o crescimento dessa nova vertente da Pós-Graduação *stricto sensu* – os mestrados profissionais – venha a prejudicar o desenvolvimento da formação acadêmica tradicional (mestrado acadêmico e doutorado), acarretando a redução dos investimentos governamentais nessa realizados (PIQUET; LEAL; TERRA, 2005, p. 33).

Ademais, por não se constituir “em campo de conhecimento específico, mas sim em área de aplicação de conhecimento”, a modalidade profissional de mestrado se mostra ainda mais relevante na área do Planejamento Urbano e Regional. E, cada vez mais, seus cursos têm se voltado “à prática profissional e não à reprodução da estrutura acadêmica”, na medida em que neles “atuam profissionais com as mais diversas formações acadêmicas” (PIQUET; LEAL; TERRA, 2005, p. 35-36).

• • • • •
**O mestrado
 profissional vem
 ganhando espaço
 no sistema de
 pós-graduação
 brasileiro**
 • • • • •

Análise dos mestrados profissionais selecionados para pesquisa

O Mestrado Profissional em Planejamento Regional e Gestão de Cidades oferecido pela Ucam, a seguir denominado Mestrado Ucam, foi o primeiro programa dessa natureza da área de Planejamento Urbano e Regional criado no Brasil. De dependência administrativa particular e funcionando, regularmente, desde sua homologação pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), em 2001, recebeu, em 2007, “avaliação 4 da Capes, tornando-se o primeiro, entre os mestrados profissionais da área com tal pontuação” (Universidade Candido Mendes, 2013).

O Mestrado Ucam localiza-se no município de Campos dos Goytacazes, região Norte Fluminense. O Norte Fluminense é constituído por outros oito municípios: Carapebus, Cardoso Moreira, Conceição de Macabu, Macaé, Quissamã, São Fidélis, São Francisco do Itabapoana e São João da Barra (CRUZ, 2012, p. 38). Campos dos Goytacazes é o maior município do estado – com 4.026,696 km² de área – e conta com 463.731 habitantes, dos quais 96.780 possuem nível médio completo – o correspondente a 20,9% da população – e 31.658, nível superior completo – o equivalente a 6,8% da população (CAMPOS..., 2013; IBGE, 2010).

Grande polo da região Norte Fluminense, Campos dos Goytacazes caracterizou-se, até meados do século 20, como “importante complexo agroindustrial de produção de cana, açúcar e álcool” (CRUZ, 2012, p. 38).

[...] desde o século XIX, a história desta região é marcada pela riqueza advinda do setor açucareiro e durante as três primeiras décadas do século XX o Estado do Rio de Janeiro ocupou a segunda posição dentre os maiores produtores de açúcar do Brasil. O desenvolvimento regional era então polarizado pelo município de Campos, que poderia ser identificado como ‘Norte Fluminense’, dada a sua extensão territorial e o seu poder econômico (PIQUET, 2004, p. 28).

Em 1967, o Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) estabelece um piso de produção de “200 mil sacos de açúcar para cada uma das usinas brasileiras”, fazendo com que inúmeras delas fossem desativadas no estado do Rio de Janeiro. Treze das 27 usinas existentes no estado foram desativadas, “denotando que os empresários fluminenses já não acompanhavam o ritmo de modernização do setor” (PIQUET, 2004, p. 28).

Entre as décadas de 1970 e 1990, a região Norte Fluminense apresenta “queda dos índices de produtividade e alto grau de desemprego sazonal”, gerando um “processo de pauperização, desenraizamento e deslocamento do trabalhador rural para a periferia das cidades regionais” (PIQUET, 2007,

p. 28). Macaé – segundo polo da região, depois de Campos dos Goytacazes – também passa por uma fase de decadência. Em função da construção da ferrovia que liga a região à capital, deixa de ser o principal porto de exportação da produção agrícola da região para o Rio de Janeiro (PIQUET, 2004, p. 28).

Com a crise do petróleo, em 1973, o setor sucroalcooleiro é reestruturado e empresários externos à região passam a adquirir as cotas de produção das usinas campistas, embora não aproveitem suas instalações industriais, já ultrapassadas tecnologicamente. Assim, a região Norte Fluminense deixa de ser uma das principais produtoras do setor. “Toda a região teria entrado em um processo de involução e a crise não fora um inesperado acontecimento: é descoberto petróleo na Bacia de Campos” (PIQUET, 2004, p. 28).

Em 1979, foi decidido que a base de operações (*offshore*) da empresa petrolífera seria montada em Macaé, que já dispunha de um pequeno porto em operação, além de estar 110 km mais próxima do porto do Rio de Janeiro. Assim, “Campos dos Goytacazes perde a corrida do petróleo e quem vai viver a ‘revolução industrial’ é o pacato balneário de Macaé” (PIQUET, 2004, p. 29). E Macaé, que recebeu os “investimentos de capital fixo em instalações e equipamentos”, torna-se, por sua vez, o polo regional do complexo petrolífero (CRUZ, 2012, p. 38-39).

A descoberta de petróleo e gás na Bacia de Campos tornou a região Norte Fluminense a maior produtora de petróleo do país e, por meio do recebimento de *royalties* e de participações especiais, vem aumentando significativamente a receita de seus municípios nos últimos anos. Porém, segundo Piquet (2004), esse aumento nas receitas não se deve às “atividades industriais do setor petrolífero”, e sim “à legislação brasileira que define como ‘produtor’ todo município confrontante com poços em operação na plataforma marítima continental e, enquanto tal, com direito ao recebimento de *royalties* e de participações especiais” (PIQUET, 2004, p. 27, grifo do autor).

Em 2003, foi defendida a primeira dissertação do Mestrado Ucam. O Programa produziu em dez anos de funcionamento – de 2003 a dezembro de 2012 – um total de 125 dissertações. E contribui também, desde 2003, com o desenvolvimento da área de Planejamento Urbano e Regional, por meio da publicação – trimestral e em versão exclusivamente eletrônica – do *Boletim Petróleo, Royalties e Região*. Além disso, desde 2006, disponibiliza o banco de dados Info Royalties, com indicadores sobre as questões das compensações financeiras aos *royalties* e às participações especiais. É a primeira base de dados dessa natureza criada no país.

Outra opção nesse campo de estudos é o Mestrado Profissional em Desenvolvimento Regional oferecido pela Faculdade Alves Faria (Alfa), ora deno-

minado Mestrado Alfa, localizado no município de Goiânia, região central do estado de Goiás, no Centro-Oeste do país. O Centro Goiano é constituído por cinco municípios: Anápolis, Anicuns, Ceres, Goiânia – a capital do estado – e Iporá (SEPLAN/GO, 1996 apud PÁDUA, 2008, p. 50). Goiânia possui 732.802 km² de área e é o mais populoso município da região, com 1.302.001 habitantes, dos quais 353.371 possuem nível médio completo – o correspondente a 27,1% da população – e 177.697 detêm nível superior completo – o equivalente a 13,6% da população (GOIÂNIA, 2013; IBGE, 2010).

Com o objetivo de incentivar a ocupação de regiões pouco povoadas do interior, especialmente o Centro-Oeste e o Norte do país, o então Presidente da República Getúlio Vargas lançou, na década de 1940, o programa “Marcha para o Oeste”. “A necessidade de incorporar novas áreas para a produção agrícola e pecuária na divisão regional do trabalho que o processo de industrialização da região Sudeste demandava gerou a Marcha para o Oeste”, resultando na ocupação territorial dessa região (NEGRET, 2012, p. 113).

Uma série de programas, que tinham como objetivo “promover a integração espacial do Centro-Oeste, por meio do fortalecimento econômico e social”, foi proposta. E por meio dos Planos Nacionais de Desenvolvimento – I PND (1970 a 1974) e II PND (1975 a 1979) – os programas propostos para a região Centro-Oeste foram sendo implantados (HADDAD, 2011, p. 62). “O Estado passou a se preocupar com as questões do desenvolvimento e o ‘grande empreendimento que catalisou e sintetizou esse afã de construir algo novo e desenvolver o Estado foi a construção de Goiânia – a nova capital’” (PALACIN; MORAES, 2008 apud HADDAD, 2011, p. 55-56).

Embora os estados do Centro-Oeste tenham se caracterizado pelo “fornecimento de produtos agropastoris, de modo especial, cereais e carnes, para abastecimento da indústria de produtos alimentares e de núcleos urbanos de grande parte do País”, além de produzirem para exportação e contribuírem para a “melhoria no balanço de pagamentos” (ESTEVAM, 1997, p. 155), a atividade econômica predominante em Goiânia é a prestação de serviços, e não a produção agrícola (HADDAD, 2011, p. 102).

Porém, Goiânia abriga importantes empresas agroindustriais – Cooperativa Central de Laticínios de Goiás (Centroleite), Laticínios Itambé, Nestlé Brasil Ltda. e Unilever Best Foods Ltda. Pádua (2008, p. 81), que lista os principais empreendimentos do setor estabelecidos em Goiás, esclarece que essas empresas “estão localizadas em regiões com maior oferta de matéria-prima para o produto que a agroindústria industrializa, mão de obra e acesso a outros centros e mercado consumidor”. Goiânia, junto com Brasília, apresentam a maior taxa de crescimento populacional entre todas as demais regiões metropolitanas do Brasil (HADDAD, 2011, p. 100).

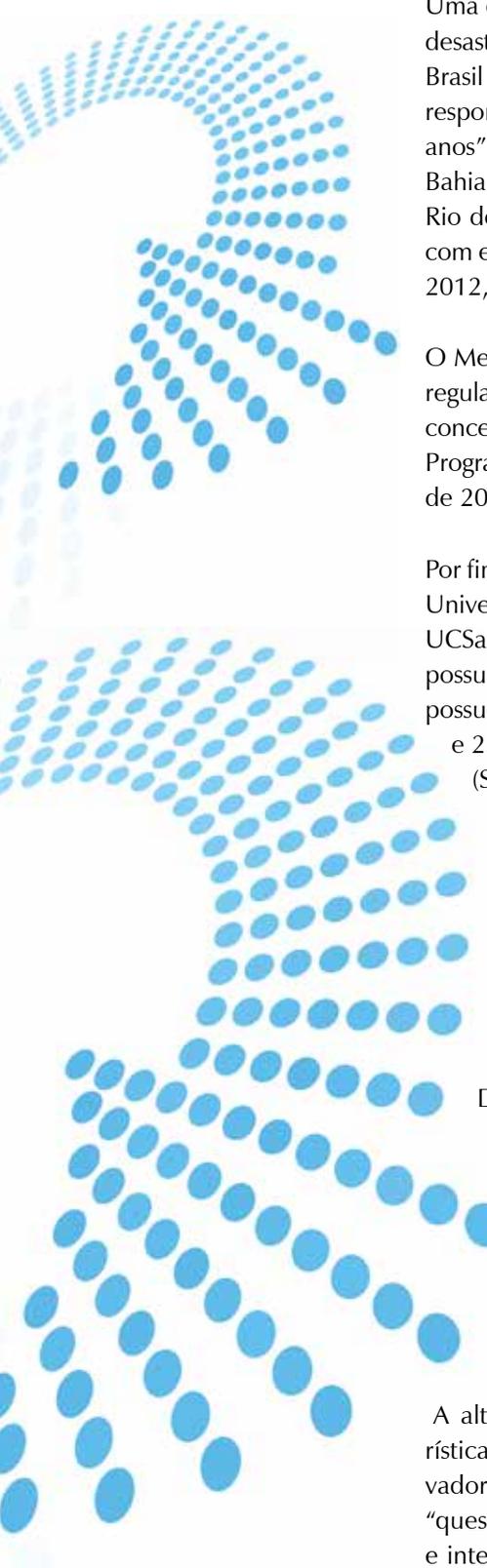
O Mestrado Alfa possui dependência administrativa particular e funciona regularmente desde sua homologação pelo CNE, em 2007, quando recebeu conceito 3 da Capes. Com a primeira dissertação defendida em 2009, produziu em quatro anos de funcionamento – de 2009 a dezembro de 2012 – um total de 46 dissertações.

Outra oferta, o Mestrado Profissional em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental, oferecido pela Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc), doravante Mestrado Udesc, localiza-se no município de Florianópolis. A capital de Santa Catarina tem “sua economia alicerçada nas atividades do comércio, prestação de serviços públicos, indústria de transformação e turismo” e “vem se firmando cada vez mais como centro de turismo” no país (FLORIANÓPOLIS, 2013b). Florianópolis possui 675.409 km² de área e 421.240 habitantes, dos quais 127.752 dispõem de nível médio completo – o correspondente a 30,3% da população – e 90.436 possuem nível superior completo – o equivalente a 21,5% da população (FLORIANÓPOLIS, 2013a; IBGE, 2010).

Santa Catarina abriga uma série de empresas exportadoras de grande porte e uma rede portuária que atende de forma eficiente suas regiões industriais. De acordo com Rocha, Vidal e Guterres (2011, p. 59), as indústrias catarinenses “recorrem apenas excepcionalmente a portos de outros estados em suas operações de comércio internacional”. Fazem parte da rede portuária do estado o Porto de Imbituba, o Porto Itajaí/Navegantes e o Porto São Francisco do Sul.

O Porto de Imbituba raramente é utilizado pelas indústrias da região como alternativa exportadora. “O principal motivo alegado para isto é a falta de linhas internacionais que ali operam, ocasionando um relativo isolamento, associado ao fato de depender do trecho não duplicado da BR-101 (ainda em obras em 2010)” (ROCHA; VIDAL; GUTERRES, 2011, p. 61). O Porto Itajaí/Navegantes é “a principal via para as exportações catarinenses, apresentando importante especialização para cargas frigorificadas e containerizadas, de maior valor agregado” (ROCHA; VIDAL; GUTERRES, 2011, p. 62). Localizado na foz do rio Itajaí-Açú, é um caso singular em que dois portos ocupam a mesma região portuária. A margem esquerda do rio é administrada por uma companhia privada – Porto de Navegantes – e a margem direita, pelo setor público – Porto Itajaí. Por fim, o Porto São Francisco do Sul “tem procurado diversificar suas atividades, fortemente centradas na exportação de soja e produtos industrializados do Nordeste Catarinense”. Ligada às “grandes regiões produtoras de soja do Mato Grosso do Sul e Noroeste do Paraná”, o panorama da região portuária é marcado pela “presença de grandes armazéns graneleiros e tanques para o armazenamento do óleo vegetal” (ROCHA; VIDAL; GUTERRES, 2011, p. 62).





Uma característica marcante do estado de Santa Catarina é seu histórico de desastres ambientais. “Os desastres ambientais mais comuns que afetam o Brasil são as inundações, enchentes, movimentos de massa, seca e erosão, responsáveis por um grande número de vítimas e perdas materiais todos os anos” (FERREIRA, 2012, p. 30). O estado, junto com os estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Minas Gerais, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo e Sergipe, abriga os municípios que mais sofrem com esse tipo de problema no país (KOBAYAMA et al., 2006 apud FERREIRA, 2012, p. 30).

O Mestrado UDESC possui dependência administrativa estadual e funciona regularmente desde 2007, quando se deu sua homologação pelo CNE, com conceito 4 pela Capes. A primeira defesa de dissertação deu-se em 2008 e o Programa produziu em cinco anos de funcionamento – de 2008 a dezembro de 2012 – um total de 42 dissertações.

Por fim, o Mestrado Profissional em Planejamento Ambiental, oferecido pela Universidade Católica do Salvador (UCSal), a seguir denominado Mestrado UCSal, localiza-se na capital da Bahia, região Nordeste do país. Salvador possui 693.276 km² de área e 2.675.656 habitantes, dos quais 795.266 possuem nível médio completo – o correspondente a 29,7% da população – e 255.606, nível superior completo – o equivalente a 9,5% da população (SALVADOR, 2013; IBGE, 2010).

Em 1957, em função da implantação da indústria petrolífera e de suas ampliações, a exportação de petróleo passa a ser a principal carga movimentada pelo porto de Salvador, o que “representa um marco para as importações de produtos químicos e de materiais pesados”, por intermédio do porto (SANTOS, 1959 apud RIOS; SILVA, 2011, p. 8).

Dos quatro municípios – Campos dos Goytacazes/RJ, Goiânia/GO, Florianópolis/SC e Salvador/BA – analisados nesta pesquisa, o soteropolitano é o que possui a mais alta densidade demográfica. Enquanto as cidades de Campos dos Goytacazes, Goiânia e Florianópolis possuem 115,16, 1.776,74 e 623,68 habitantes por km², respectivamente, Salvador tem 3.859,44 habitantes por km² (CAMPOS..., 2013; Florianópolis, 2013a; Goiânia, 2013; Salvador, 2013).

A alta densidade demográfica, em conjunto com a topografia característica da região, torna o processo de ocupação e o uso do solo em Salvador um problema com enormes consequências sociais e ambientais. A “questão urbana de Salvador é hoje uma questão dramática abrangendo e integrando um grande conjunto de problemas sociais e econômicos em

sua expressão espacial e com forte impacto ambiental” (SILVA, 1996, p. 1).

O Mestrado UCSal tem dependência administrativa particular e funciona, conceito 3 pela Capes, tendo sido homologado pelo CNE em 2007. A primeira dissertação defendida foi em 2009. O Programa produziu em quatro anos de funcionamento – de 2009 a dezembro de 2012 – um total de 19 (dezenove) dissertações.

A partir da síntese dos programas e das regiões onde se localizam, foi realizada uma análise do perfil das dissertações defendidas, de sua criação até dezembro de 2012, como elemento basilar para a análise da aderência entre a produção técnico-científica gerada pelos mestrandos e a inserção social de cada mestrado profissional.

Produção técnico-científica e inserção social

Esta pesquisa se propôs a verificar se as dissertações produzidas pelos programas de mestrado profissional selecionados contribuem para o conhecimento das regiões em que se localizam, tornando-se, assim, formadores de recursos humanos capacitados para o aprimoramento da gestão pública e a redução da dívida social.

O levantamento do perfil das dissertações em questão foi feito a partir de duas etapas: leitura técnica e síntese; e classificação. A leitura técnica foi desenvolvida por meio da análise dos títulos e dos resumos das dissertações. Essa análise foi realizada a partir das informações contidas nesses elementos, porque especificamente o resumo apresenta o objetivo da dissertação de forma clara e sucinta e, assim, permite definir o assunto abordado pelo trabalho, sem que seja necessário ler todo o conteúdo do texto. Vale ressaltar que esse tipo de leitura é normalmente empregado por bibliotecários indexadores na organização de seus acervos. Em seguida, foram elaboradas as sínteses – apresentadas na seção Apêndices – das dissertações. A construção das sínteses contribuiu para o processo de classificação, além de permitir que as análises dos trabalhos fossem apresentadas. Após a leitura técnica e a construção das sínteses, as dissertações foram classificadas e agrupadas em categorias/assuntos, a partir do seu grau de semelhança (Quadro 1). Logo, o levantamento do perfil das dissertações foi construído com base na elaboração de suas sínteses – por meio da leitura técnica – e de sua classificação.

• • • • •
A partir da síntese dos programas e das regiões onde se localizam, foi realizada uma análise do perfil das dissertações defendidas
• • • • •

Quadro 1 - Síntese dos programas analisados

Programa	Localização	Região (características principais)	Dissertações defendidas	
			Total	Categorias abordadas
Planejamento Regional e Gestão de Cidades (Mestrado Ucam)	Campos dos Goytacazes (Norte do Estado do Rio de Janeiro - Região Sudeste)	Complexo de Petróleo e Gás Natural	125	Gestão de Cidades
		Recebimentos de rendas petrolíferas		Desenvolvimento Regional
	Atividade Petroquímica			
	Outros			
Desenvolvimento Regional (Mestrado Alfa)	Goiânia (capital de Goiás - Região Centro-Oeste)	Prestação de serviços	46	Gestão Estratégica
		Agroindústria		Desenvolvimento Regional
	Atividade Agrícola			
	Outros			
Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental (Mestrado Udesc)	Florianópolis (capital de Santa Catarina - Região Sul)	Exportação	42	Planejamento Territorial
		Portos		Gestão Ambiental
		Desastres naturais		Desenvolvimento Socioambiental
	Outros			
Planejamento Ambiental (Mestrado UCSal)	Salvador (capital da Bahia - Região Nordeste)	Exportação de petróleo	19	Planejamento Ambiental
		Portos		Gestão Ambiental
		Impactos ambientais do uso desordenado do solo		Desenvolvimento Sustentável
	Outros			

Discutem-se, a seguir, de maneira esquemática, os resultados apresentados no Quadro 1 segundo o curso avaliado.

Mestrado Ucam

Após a análise e o levantamento do perfil das dissertações, foram destacadas as categorias “Gestão de Cidades” – responsável pela produção de 56 dissertações, que representam 45% dos trabalhos produzidos; “Desenvolvimento Regional” – com a produção de 37 dissertações, representando 29% dos trabalhos produzidos; “Atividade Petroquímica” – com a produção de seis dissertações, representando 5% dos trabalhos produzidos; e os demais 21% referem-se à categoria “Outros”, com as dissertações que abordam temas variados. Do total de 125 dissertações defendidas pelo Programa, até dezembro de 2012, 86 – que representam 69% dos trabalhos – tiveram como foco de pesquisa todas as mesorregiões do estado. As mesorregiões “Centro

Fluminense”, “Metropolitana do Rio de Janeiro” e “Sul Fluminense” foram foco de uma pesquisa cada uma, e as mesorregiões “Baixadas”, “Noroeste Fluminense” e “Norte Fluminense” foram objetos de estudo de duas, dez e 74 pesquisas, respectivamente.

Mestrado Alfa

Da análise e do levantamento do perfil das dissertações, foram destacadas as categorias “Gestão Estratégica” – responsável pela produção de 18 dissertações, que representam 39% dos trabalhos produzidos; “Desenvolvimento Regional” – com 11 dissertações, ou 24% dos trabalhos; “Atividade Agrícola” – cinco dissertações, ou seja, 11% dos trabalhos; e os demais 26% referem-se à categoria “Outros”. Do total de 46 dissertações defendidas pelo Programa, até dezembro de 2012, 31 – que representam 67% dos trabalhos – tiveram como foco de pesquisa as mesorregiões do estado. As mesorregiões “Centro Goiano”, “Norte Goiano” e “Sul Goiano” foram objetos de estudo de 17, três e 11 pesquisas, respectivamente. Além disso, oito dissertações – 17% dos trabalhos – tiveram como foco de pesquisa o estado de Goiás como um todo e, desse modo, não constam no Quadro 1. Quatro dissertações – 9% dos trabalhos – abordaram questões pertinentes a locais fora do estado de Goiás e três delas – 7% dos trabalhos – não especificaram, em seus resumos, a localização espacial de suas pesquisas.

Mestrado Udesc

Foram destacadas as categorias “Planejamento Territorial” – responsável por nove dissertações, que representam 24% dos trabalhos; “Gestão Ambiental” – com cinco dissertações, ou 13% dos trabalhos; “Desenvolvimento Socioambiental” – dez dissertações, representando 26% dos trabalhos; “Desastres Naturais” – com a produção de sete dissertações, 18% dos trabalhos; e os demais 18% referem-se à categoria “Outros”. Vale ressaltar que quatro dissertações defendidas pelo Programa não estavam disponíveis em seu site, portanto, só foi possível analisar 38 das 42 dissertações produzidas. Do total de 38 dissertações defendidas pelo Programa, até dezembro de 2012, e disponibilizadas em seu site, 30 – que representam 79% dos trabalhos – tiveram como foco as mesorregiões do estado. “Grande Florianópolis”, “Norte Catarinense”, “Oeste Catarinense”, “Serrana”, “Sul Catarinense” e “Vale do Itajaí” foram objetos de estudo de 12, quatro, duas, três, uma e oito pesquisas, respectivamente. Além disso, cinco dissertações – 13% dos trabalhos – pesquisaram Santa Catarina como um todo e, assim, não constam no Qua-

dro 1. Duas dissertações – que representam 5% dos trabalhos produzidos – abordaram questões pertinentes a locais fora do estado de Santa Catarina e uma – que representa 3% dos trabalhos produzidos – não especificou, em seu resumo, a localização espacial de sua pesquisa.

Mestrado UCSal

Foram destacadas as categorias “Planejamento Ambiental” – quatro dissertações, que representam 21% dos trabalhos produzidos; “Gestão Ambiental” – nove dissertações, o que significa 47% dos trabalhos; “Desenvolvimento Sustentável” – três dissertações, ou 16% dos trabalhos; e os demais 16% referem-se à categoria “Outros”. Do total de 19 dissertações defendidas pelo Programa, até dezembro de 2012, 16 – que representam 84% – tiveram como foco de pesquisa as mesorregiões do estado: “Centro Sul Baiano”, “Metropolitana de Salvador”, “Nordeste Baiano” e “Sul Baiano” foram objetos de estudo de duas, sete, uma e seis pesquisas, respectivamente. Além disso, uma dissertação – que representa 5% dos trabalhos produzidos – abordou questões pertinentes a outro local (fora do estado da Bahia) e duas dissertações – 11% dos trabalhos – não especificaram, em seus resumos, a localização espacial de suas pesquisas.

É importante ressaltar que foram avaliadas, comparativamente, as seguintes informações: objetivos; área de concentração; linhas de pesquisa; estrutura curricular; e o perfil das dissertações. Contudo, em razão da síntese necessária de um artigo científico, foram apresentadas as informações consideradas fundamentais para a compreensão da relação entre o mestrado profissional analisado e a região em que está inserido. Os levantamentos elaborados a partir da metodologia adotada – leitura técnica e síntese, seguidas da respectiva classificação – facilitam o acesso e a compreensão das informações geradas por esses Programas, já que correspondem a uma compilação das mesmas. Assim, foi possível constatar que as dissertações em questão se mostram coerentes com as características dos cursos analisados, ou seja, o que está sendo proposto pelos Programas se reflete em sua produção e, conseqüentemente, vai ao encontro da política da Capes de promoção da responsabilidade social da pós-graduação brasileira.

Os resultados encontrados apontam para um processo de formação profissional não apenas qualificado, formalmente analisado sob a ótica da pesquisa e a respectiva titulação, mas que tem um fator diferenciado no âmbito do mercado de trabalho, o do conhecimento particularizado do egresso sobre as especificidades e demandas sociais da região em que está inserido.

Dessa forma, acredita-se que os mestrados profissionais analisados têm formado profissionais altamente qualificados e preparados para contribuir efe-

tivamente com a superação dos desafios existentes nas diferentes áreas de pesquisa estabelecidas pelos programas profissionais de pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional.

Não se pretende defender uma realidade utópica; certamente, inúmeros desafios persistem na pós-graduação brasileira, como a falta de diferenciação na avaliação dos programas pela Capes, por exemplo, a falta de uma articulação interministerial – Educação, Emprego, Ciência e Tecnologia – e interinstitucional – “Rede S”, Fundações Estaduais da Indústria, entre outros – para um diagnóstico detalhado das demandas para a educação profissional no âmbito dos mestrados dessa natureza. Aos programas/cursos, é possível verificar e procurar atender às demandas encontradas em cada região; mas, um esforço transversal, sistêmico e integrador deve ser desenvolvido para que os resultados contribuam, também, em escala nacional.

Considerações finais

O presente artigo partiu de duas questões centrais para analisar a eficácia da política de promoção da responsabilidade social da pós-graduação capitaneada pela Capes. O percurso da reflexão proposta se iniciou com o histórico da criação e atuação da Capes, com destaque para o papel da formação profissional necessária para a superação dos gargalos do desenvolvimento. De certo, a estrutura estabelecida para a pós-graduação brasileira procurou alcançar dois objetivos simultâneos: a) aprimoramento técnico para o mercado de trabalho; e b) qualificação do quadro docente e de pesquisa do país.

Atualmente, como forma de prosseguir no alcance desses objetivos, a Capes tem avançado nos quesitos de avaliação da pós-graduação. Entre estes, a inserção social ganha relevância, exatamente por se tratar de um quesito também de dupla finalidade: a) imediata: avaliar quantitativamente os programas/cursos; b) mediata: estimular os programas/cursos a atuarem diretamente e formarem profissionais especializados nas demandas locais/regionais.

Os “produtos” do mestrado profissional, como na modalidade acadêmica, não se limitam às dissertações, mas à disseminação de informações (evidências científicas) para tomadas de decisão, como o banco de dados Info Royalties, mantido pelo Mestrado Ucam, além daquelas contidas em artigos científicos publicados em periódicos e eventos e as que constam nas próprias dissertações, que muitas vezes são divulgadas para a população por meio de cursos de extensão e outras modalidades abertas ao público em geral.

Dessa forma, a orientação dada pelos Programas analisados, primando pela aderência de suas linhas de pesquisa à realidade regional em que estão lo-

calizados, tem reais condições de contribuir para o aprimoramento das políticas públicas sociais, ambientais, habitacionais, energéticas, entre outras, fortalecendo, assim, os diferentes setores da administração pública nacional e melhorando a qualidade de vida da população.

Espera-se que as informações e análises contidas no presente trabalho possam contribuir efetivamente para o entendimento e a adequação de algumas dinâmicas empregadas na gestão pública – especialmente a municipal – e corrigir os equívocos que ela evidencia e que, possivelmente, na maior parte das vezes, são gerados pela desinformação do que lhe deve servir de parâmetro em suas práticas.

Os resultados apresentados visaram contribuir com a pós-graduação brasileira de maneira geral, e, especificamente, com a capacitação técnica dos egressos dos programas profissionais. Por isso, buscou-se ressaltar alguns meios de democratização do conhecimento, necessários para aproximação da academia com as demandas prioritárias da sociedade. Por outro lado, podem subsidiar a Capes na revisão/implementação de parâmetros, programas e ações que levem em consideração as especificidades regionais que subsidiam a produção técnico-científica de cada programa. Percebe-se a necessidade dessa valorização regional por meio da Capes, estimulando as iniciativas de inserção social segundo as diferentes características e dificuldades enfrentadas pelos programas de pós-graduação em suas regiões de atuação.

Em última análise, não se procurou apontar, meramente, as lacunas persistentes no longo e complexo processo de consolidação da pós-graduação brasileira. O presente trabalho caminhou ao encontro das mesmas ações e reflexões críticas e propositivas que se esperam da pós-graduação brasileira para cumprir sua responsabilidade social de formar profissionais e acadêmicos qualificados com produtos técnico-científicos voltados para contribuir efetivamente para a redução das desigualdades sociais e regionais que ainda marcam o país e cada região especificamente.

Referências

BOUFLEUER, J. P. Inserção social como quesito de avaliação da pós-graduação. **Revista de Educação Pública**, Cuiabá, v. 18, n. 37, p. 371-382, 2009.

BRASIL. Decreto nº 29.741, de 11 de julho de 1951. Institui uma Comissão para promover a Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 13 jul. 1951.

Campos dos Goytacazes. In: IBGE. **Cidades**. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <<http://cod.ibge.gov.br/23318>>. Acesso em: 20 set. 2013.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (Brasil). **Cursos recomendados**. Brasília, DF, nov. 2014. Disponível em: <<http://bit.ly/1u6yyD6>>. Acesso em: 1 dez. 2014.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (Brasil). Portaria nº 80, de 16 de dezembro de 1998. Dispõe sobre o reconhecimento dos mestrados profissionais e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 11 jan. 1999.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (Brasil). GEOCAPES Sistema de Informações Georreferenciadas. **Dados estatísticos**. Brasília, DF, 2015. Disponível em: <<http://bit.ly/1u6yyD6>>. Acesso em: 15 jan. 2015.

CRUZ, J. L. V. A retomada do crescimento brasileiro e a reestruturação do espaço regional no norte do estado do Rio de Janeiro. **Vértices**, Campos dos Goytacazes, v. 14, n. 1, p. 31-61, 2012. Número especial.

ESTEVAM, L. A. **O tempo da transformação**: estrutura e dinâmica da formação econômica de Goiás. 1997. 203 f. Tese (Doutorado em Ciência Econômica) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.

FERREIRA, D. **Sistema de Informações Geográficas Participativo (SIG-P) na prevenção de desastres ambientais**: estudo de caso do Morro do Baú em Ilhota/SC. 2012. 170 f. (Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental) – Centro de Ciências Humanas e da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

Florianópolis. In: IBGE. **Cidades**. Rio de Janeiro, 2013a. Disponível em: <<http://cod.ibge.gov.br/233VP>>. Acesso em: 17 set. 2013.

Florianópolis. Prefeitura Municipal. **Cidades**. Florianópolis, 2013b. Disponível em: <<http://www.pmf.sc.gov.br/>>. Acesso em: 25 set. 2013.

FREIRE, I. M.; SOUZA, A. P. Revista Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia, PBCIB: um mapeamento temático da produção científica à luz da análise de conteúdo. **Informação & Informação**, Londrina, v. 15, n. 2, p. 110-128, 2010.

Goiânia. In: IBGE. **Cidades**. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <<http://cod.ibge.gov.br/232P4>>. Acesso em: 15 set. 2013.

HADDAD, M. B. **Eixo Goiânia-Anápolis-Brasília**: estruturação, interrupção e retomada das políticas públicas. 2011. 138 f. (Mestrado em Desenvolvimento e Planejamento Territorial) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2011.

IBGE. **Censo 2010**. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 20 ago. 2013.

NEGRET, F. Dinâmica regional urbana, condições de vida e desigualdades no Centro-Oeste do Brasil. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador, v. 14, n. 26, p. 111-123, 2012.

PÁDUA, A. A. S. **Migração, expansão demográfica e desenvolvimento econômico em Goiás**. 2008. 113 f. (Mestrado em Desenvolvimento e Planejamento Territorial) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2008.

PIQUET, R. Norte Fluminense: mudanças e incertezas na era do petróleo. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador, v. 6, n. 9, p. 27-35, 2004.

PIQUET, R.; LEAL, J. A. A.; TERRA, D. C. T. Mestrado profissional: proposta polêmica no Sistema Brasileiro de Pós-Graduação: o caso do planejamento regional e urbano. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, Brasília, DF, v. 2, n. 4, p. 30-37, 2005.

PIQUET, R.; VILANI, R. M. O papel dos mestrados profissionais na área de planejamento urbano e regional. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 95-106, 2013.

RAMOS, M. N. O impacto da educação para o trabalho na sociedade brasileira. **Boletim Técnico do Senac**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 3, p. 6-17, 2014.

RIBEIRO, R. J. O mestrado profissional na política atual da Capes. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, Brasília, DF, v. 2, n. 4, p. 8-15, 2005.

RIOS, R. B.; SILVA, S. B. M. O porto de Salvador, a cidade e a região. **Revista Geográfica de América Central**, Costa Rica, p. 1-11, 2011. Número especial EGAL.

ROCHA, I. O.; VIDAL, L. M.; GUTERRES, C. D. Análise da infraestrutura logística das indústrias exportadoras de grande porte de Santa Catarina. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v. 7, n. 3, p. 52-75, 2011.

SALVADOR. In: IBGE. **Cidades**. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <<http://cod.ibge.gov.br/232mw>>. Acesso em: 11 set. 2013.

SILVA, S. B. M. Reavaliando os principais problemas de Salvador. **Cadernos de Geociências**, Salvador, n. 5, p. 1-8, 1996.

UNIVERSIDADE CANDIDO MENDES. **Programa de mestrado profissional em planejamento regional e gestão de cidades**. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <<http://cidades.ucam-campos.br/>>. Acesso em: 20 nov. 2013.